TL 3910

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

RELATÓRIO DA VISITA DA DELEGAÇÃO DA COMISSÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA PARA OS ASSUNTOS DE TIMOR-LESTE À AUSTRÁLIA E ÀS NAÇÕES UNIDAS.

1. EXPLICAÇÃO PRÉVIA. OBJECTIVOS DA VISITA.

Numa sua reunião realizada em Junho, a Comissão Parlamentar para os Assuntos de Timor-Leste deliberou enviar uma sua delegação, que mais tarde seria composta pelos deputados componentes da Mesa da Comissão respectivamente o seu Presidente, deputado Manuel Tílman (ASDI), e os secretários José Mário Lemos Damião (PSD) e Joaquim Gomes Carneiro (PS) à Austrália e às Nações Unidas.-

Depois de várias diligências, a viagem obteria em 12 de Agosto, a necessária aprovação da Presidência da Assembleia da República, pelo que de imediato se iniciaram os seus preparativos e os necessários contactos com as embaixadas portuguesas designadamente, em Camberra e Nova Iorque.

Entretanto, por impossibilidade em se deslocar naquelas datas, o deputado Gomes Carneiro foi a 12 de Agosto substituído pelo deputado do mesmo partido, Alberto Arons de Carvalho.

Os objectivos definidos para a visita foram nomeadamente os seguintes:

- Na Austrália:

  a) Contactar as comunidades timorenses (cerca de 4 000 pessoas, número que tende a subir com a vinda de mais timorenses quer de Timor, quer de refugiados em Lisboa);

  b) Contactar o Governo, o Senado e o Parlamento australianos e as principais forças políticas e sindicais;

  c) Contactar os inúmeros organismos de diversa índole que neste país se preocupam com a situação no Timor-Leste,

d) Contactar a emigração portuguesa.

- Nos Estados Unidos:

a) Contactar a Organização das Nações Unidas e os seus principais dirigentes e comissões;

b) Contactar o maior número de missões diplomáticas junto da ONU;

c) Contactar o Governo e o Congresso norte-americanos.

O Deputado Manuel Tílman partiu no dia 18 de Agosto via Londres e Frankfurt, tendo os restantes membros da delegação partido a 19 de Agosto, via Frankfurt, Nova Delhi e Bangkok, tendo chegado à Austrália a 24 de Agosto.

2. AUSTRÁLIA

2.1. Na Austrália, a delegação parlamentar esteve sucessivamente em Perth, Camberra, Sidney, Melbourne, Darwin e Brisbane, desde o dia 24 de Agosto até cerca das 23 horas do dia 1 de Setembro. Toda a programação da visita esteve a cargo da Embaixada de Portugal naquele país.

Em Camberra, Sidney e Melbourne, o Parlamento Federal pôs à disposição da delegação parlamentar duas viaturas com chauffeur, tendo os deputados portugueses sido acompanhados pelo Senhor Rosser, das relações internacionais, e por dois elementos da segurança.

2.2. Encontro com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, senhor Anthony Street, realizado em 27 de Agosto, às 9H30, nas instalações do Parlamento Federal em Camberra. Esteve presente o senhor Embaixador Rebello de Andrade.

Desta entrevista, que durou cerca de trinta minutos, foi possível retirar as seguintes conclusões:

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

a) A Austrália reconhece, desde 1978, Timor-Leste como parte integrante da Indonésia e o actual Governo não abdica desta posição, embora a Austrália não tenha aprovado a invasão indonésia;

b) Em todo o caso, o Governo tenciona continuar a conceder ajuda humanitária aos timorenses;

c) O Governo estudará com atenção qualquer proposta de resolução a propor nas Nações Unidas, desde que ela não ponha em causa a posição expressa na alínea a);

d) O Governo australiano continua interessado em manter boas relações com Portugal;

e) O Governo australiano encarará com boa vontade qualquer acção que ajude a resolver a questão de Timor-Leste ou a situação dos Timorenses, mas terá sempre cuidado com qualquer tipo de acções que possam ser entendidas como interferência nos assuntos internos indonésios;

f) O Governo australiano não vê possibilidade de defender qualquer proposta que vise conceder a autodeterminação ao território de Timor-Leste, já que a julga incompatível com o reconhecimento que faz, desse território, como parte integrante da Indonésia;

g) O Governo australiano tem informações de melhoria da situação e de progressos em Timor-Leste e apoia qualquer proposta que vise o envio de uma delegação da ONU àquele território;

h) O Governo australiano atribui muita importância ao factor "estabilidade daquela região do globo" na definição da sua posição sobre o tema;

i) O Governo parece também preocupado com a diferença entre a densidade populacional da Austrália (14 milhões de habitantes para um enorme território) e a Indonésia

(150 milhões de habitantes disseminados por cerca de 3 mil ilhas) e com o apoio e influência que a Indonésia goza na região, sendo certo que a Austrália não tem as portas abertas para os emigrantes indonésios;

j) O Ministro dos Negócios Estrangeiros perguntou se a delegação parlamentar iria ter qualquer contacto com a Indonésia, mas não respondeu à pergunta sobre se estaria disposto a servir de intermediário na prossecussão desse objectivo;

l) O Ministro Street considerou haver diferenças entre a situação de Timor e a existente nas Malvinas ou Falkland, no Afganistão ou na Namíbia.

2.3. Encontros com senadores e membros do Parlamento Federal.

2.3.1. A delegação parlamentar teve uma "reunião-pequeno-almoço" no Hotel Lakeside em Camberra, em 27 de Agosto, com o senador Douglas Scott, líder no Senado do "National Country Party", um dos partidos da coligação governamental, e Presidente da Comissão Permanente do Senado para a Defesa e Negócios Estrangeiros e também Presidente da Comissão de Inquérito do Senado à situação no Timor-Leste. Estiveram também presentes o senhor John Harvey, director federal do "National Country Party" e o senhor Rosser, das relações internacionais do Parlamento Federal.

Durante esta reunião, o senador Scott dirigiu diversas perguntas sobre as informações que a delegação portuguesa tinha sobre a situação actual em Timor-Leste, nomeadamente sobre o ponto de vista da possibilidade de emigrar, dos direitos humanos, e àcerca da existência de fome naquele território e inquiriu sobre as soluções que Portugal poderia propor sobre Timor-Leste e àcerca das relações entre o Governo Português e a Fretilin.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

2.3.2. A delegação parlamentar teve ainda dois encontros de carácter mais informal com senadores e parlamentares australianos. O primeiro consistiu num almoço realizado no Parlamento Federal em Camberra, a 27 de Agosto, em que estiveram presentes além das entidades referidas em 2.3.1., o deputado trabalhista Ken Fry e o antigo consul australiano em Dili, à data da invasão indonésia, senhor Jim Dunn, entre outros.

O segundo consistiu num jantar oferecido pelo senador Edward Robertson, membro da Comissão Parlamentar do Senado para a Defesa e Negócios Estrangeiros, em sua casa, em Darwin a 31 de Agosto, com a presença de outros membros da Comissão de Inquérito senatorial, entre os quais o senador MCKintosh e de representantes da comunidade timorense.

Os aspectos mais relevantes destes dois encontros derivaram das trocas de informações entre os presentes. Um ponto a realçar é o de que a Comissão de Inquérito do Senado, que iniciou os seus trabalhos em Março de 1982, iria no dia 1 de Setembro ouvir membros da comunidade timorense em Darwin e estava na fase final dos trabalhos preparatórios do relatório que iria ser entregue no Senado, abrindo-se então o prazo para que o Governo emitisse a sua opinião sobre as conclusões, após o que aquele órgão deliberaria sobre os textos existentes.

2.4. Encontro com o Secretário-Geral do "Labor Party", Partido Trabalhista na oposição, senhor Bob McMullan, realizado na sede deste Partido em 24 de Agosto.

Da reunião com este dirigente trabalhista extrairam-se as seguintes principais conclusões:

a) O Partido Trabalhista discorda da posição do Governo sobre a questão de Timor-Leste;

b) O Partido Trabalhista tem mesmo uma moção aprovada no seu Congresso de Julho de 1982 sobre a questão de Timor, onde o exemplo do que fora votado nos Congressos anteriores, embora com termos diversos, o Partido Trabalhista "reconhece o inalienável direito dos timorenses à autodeterminação e independência e condena e rejeita o reconhecimento do Governo da anexação pela Indonésia de Timor-Leste". Por outro lado, o Partido Trabalhista obriga-se, uma vez no Governo, a "revogar o reconhecimento australiano da anexação de Timor-Leste pela Indonésia", a "iniciar uma acção diplomática de apoio à autodeterminação nas Nações Unidas e em outros organismos internacionais" e a "suspender as negociações com a Indonésia sobre a delimitação das águas territoriais entre a Austrália e Timor-Leste.

c) No entanto, foi sublinhado que estas resoluções unânimes do Congresso poderão eventualmente ser condicionadas na sua aplicação no tempo por um futuro Governo trabalhista devido a uma conjuntura internacional que venha a ser desfavorável. De qualquer forma, uma vitória dos trabalhistas nas próximas eleições gerais que se realizarão até Novembro do próximo ano, significará sempre uma profunda alteração na posição australiana nesta questão, facto tanto mais importante quanto é certo que, de acordo com as últimas sondagens, esse desfecho é o mais provável.

d) O Partido Trabalhista entende que, independentemente de alterações de fundo, o Governo actual poderia intensificar o seu esforço para obter das autoridades indonésias uma facilitação nas possibilidades de emigração dos timorenses.

e) O Partido Trabalhista reconhece existir vontade dos timorenses em se autodeterminarem.

Mod. 01

2.5. Encontro com dirigentes da Central Sindical Australiana, incluindo um dos Vice-Presidentes do respectivo Conselho Nacional, um membro da direcção do ramo da Central na Austrália Ocidental e membros do respectivo Comité de Direitos Humanos, realizado em Perth em 25 de Agosto.

Principais conclusões da reunião:

a) A Central Sindical australiana apoia a causa timorense contra a Indonésia e julga ser essa a posição largamente maioritária na opinião pública do país.

b) As acções da Central Sindical de apoio activo à causa timorense, que chegou a traduzir-se num boicote ás cargas e descargas de barcos indonésios ou para a Indonésia nos postos australianos, cessaram de certa forma em 1978, mas isso não significa perda de interesse pela questão.

c) Grande parte das esperanças da Central Sindical australiana em relação à posição do país perante a questão de Timor-Leste reside na possibilidade dos trabalhistas vencerem as próximas eleições gerais.

d) Entretanto, a Central Sindical australiana não exclui a possibilidade de empreender acções a nível internacional e admite mesmo vir a propor aos sindicatos portugueses que forcem uma discussão sobre Timor-Leste na próxima conferência da OIT.

2.6. Reuniões com as comunidades timorenses.

2.6.1. A delegação parlamentar portuguesa realizou as seguintes reuniões com as comunidades timorenses na Austrália:

a) Em Perth, em 25 de Agosto no Clube Português, com a presença de cerca de 120 pessoas.

b) Em Sidney, a 28 de Agosto, na sede da Associação Timorense da Nova Gala do Sul, com cerca de 150 pessoas.

c) Em Melbourne, em 29 de Agosto, no Hall de St. John's Church, com cerca de 250 pessoas.

d) Em Darwin, a 30 de Agosto, organizada pela Associação Portuguesa de Timor, com cerca de 60 pessoas.

e) Em Brisbane, a 1 de Setembro, organizada pelo Centro Familiar Português, com cerca de 60 pessoas.

A todas as reuniões assitiram emigrantes portugueses não timorenses e estiveram presentes os consules portugueses naquelas cidades. As sessões iniciaram-se sempre com intervenções da Mesa a que seguia um debate.

2.6.2. Principais conclusões das diferentes reuniões apontadas em 2.6.1.

a) Parece unânime o desejo expresso de que "Portugal regresse para fazer a descolonização bem feita". Esta posição, sintetizada desta forma por diversas vezes foi sempre muito apoiada e aplaudida.

b) Há uma enorme hostilidade em relação à Indonésia e à ocupação, tendo diversos oradores nas sessões dado informações sobre a sua experiência pessoal da opressão indonésia ou relatado factos conhecidos através de contactos, cartas de familiares, etc.

c) As informações recolhidas apontam, com enorme segurança, para que se possa dizer que a situação em Timor-Leste está longe de estar normalizada, continuando a repressão sobre os resistentes, a proliferar a fome e a doença, sobretudo malária, um apertado controle policial sobre as populações, enorme dificuldade na emigração ou nos meros contactos com familiares fora de Timor-Leste, a corrupção, etc.

d) É geral o descontentamento face às autoridades portuguesas acusadas de "nada terem feito até agora para ajudarem os timorenses, quer os que estão em Timor-Leste quer os que estão na Austrália", de "considerarem os timorenses apenas como números que figuram em estatísticas", "de terem um desinteresse que não podia ser maior pelos timorenses", "de não conduzirem nenhuma acção diplomática de denúncia da Indonésia", "de não terem defendido Timor-Leste como a Inglaterra defendeu as Falklands", "de não ter nunca consultado ou ouvido os timorenses", etc.

e) Foram também referidos nas reuniões acontecimentos verificados em 1975, tendo alguns oradores criticado duramente o general Lemos Pires e os políticos portugueses envolvidos no processo de descolonização de Timor, designadamente Mário Soares, Almeida Santos, Melo Antunes e Victor Alves, facto que originou alguma polémica, designadamente com o membro da delegação, deputado Arons de Carvalho.

f) No entanto, o clima geral com que decorreram as reuniões e a forma como todos os membros da delegação parlamentar foram recebidos foram extremamente cordiais. Muitos oradores manifestaram a esperança de que nova fase tenha começado na forma como os timorenses são encarados, enquanto outros atribuiram a vinda da delegação a uma mudança na atitude do Estado Português. Outros, elogiando a presença dos deputados da Comissão Parlamentar, entenderam melhor "esperar para ver".

g) Foram feitas inúmeras perguntas sobre o processo de reunificação das famílias.

h) Foram levantados alguns obstáculos ao facto de ser a Embaixada Holandesa em Djakarta a repre-

sentar os interesses portugueses junto das autoridades indonésias. Alguns timorenses sugeriram que essa função passasse a ser desempenhada pela Embaixada Brasileira, enquanto que outros sugeriram que se tentasse que um português pudesse trabalhar na Embaixada Holandesa, obviando deste modo aos problemas relativos à diferença de idiomas.

i) Foi lamentada a impossibilidade de intervenção da Cruz Vermelha Internacional em Timor-Leste, sugerindo-se que o Governo português pressione quem de direito para que os obstáculos existentes sejam removidos.

j) Vários oradores referiram o facto de antes da invasão indonésia não haver praticamente timorenses fora de Timor, apesar de haver liberdade de saída, enquanto que agora os há, nomeadamente na Austrália (cerca de 4 mil), embora em boa situação por força das condições que este país oferece.

l) Foram feitas perguntas sobre o "Relatório de Timor", tendo alguns oradores manifestado o desejo de que cópias desses relatórios fossem divulgadas entre os timorenses a viver na Austrália.

m) Foi sugerido que fossem dados maiores poderes e condições à Embaixada e aos Consulados portugueses de forma a que estes pudessem de forma mais pronta resolver as questões para que são solicitados.

n) Foi levantado o problema dos funcionários públicos que vieram de Timor, assim como dos reformados residentes em Timor-Leste que recebiam uma pensão de reforma do Estado português, agora tornada impossível pela ocupação da Indonésia.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

o) Foi sugerido que timorenses pudessem integrar a delegação portuguesa na ONU, quando do debate a realizar no próximo Outono.

p) Foi sublinhado que a maior parte dos timorenses a residir na Austrália não era nem da Fretilin nem da UDT e que essas forças políticas não esgotavam a representatividade dos timorenses.

q) Foram feitas queixas sobre o abandono a que a Secretaria de Estado da Emigração tem votado os portugueses na Austrália e referido também que se ouve muito mal a programação da RDP em onda curta dirigida para a Austrália, sendo por vezes mais fácil ouvir o programa para a Europa.

r) Foi referida a imperiosa necessidade de um maior apoio aos emigrantes portugueses e uma maior pronta resposta às suas solicitações.

2.6.3. Moradas de Associações Timorenses ou com contactos com timorenses:

Associação Timorense de Victória
23, Lennox St
Richmond 3121
AUSTRÁLIA

Associação Portuguesa de Timor
47, Waneury Terrace
Casuarina 5792
Darwin NT
AUSTRÁLIA

Centro Familiar Português
c/o António Faria
89 Heal St.
New Farm 4005
BRISBANE - AUSTRÁLIA

2.7 Encontros com diversas associações e grupos de australianos envolvidos no apoio aos timorenses.

No decorrer da sua digressão pela Austrália, a delegação parlamentar teve a oportunidade de se avistar com inúmeros representantes de associações e grupos solidários com os timorenses, tendo ficado com a impressão de que é grande o número de pessoas, entre as quais muitas católicas, que se dedicam a uma actividade relacionada com o auxílio aos timorenses.

Um desses encontros foi com um padre católico em Camberra que leu passagens de um relatório alegadamente enviado por outros padres vivendo em Timor-Leste. Nele se fazia referência a:

- perseguição a alguns padres.
- construção de aldeamentos, obrigando-se timorenses a viver fora dos locais onde habitavam.
- ataques da Fretilin em Maio deste ano.
- existência de aldeias com muitos velhos e órfãos.
- existência de 3 a 4 mil presos na ilha de Ataúro.
- tentativas do Governo indonésio através do início das transmissões de televisão e da construção de estradas - onde timorenses são obrigados a trabalhar - para conquistar as populações.

A delegação parlamentar avistou-se igualmente em Camberra com o antigo consul da Austrália em Dili, senhor Jim Dunn (que publicará em breve um livro sobre Timor que, segundo disse, em Sidney, será favorável às posições portuguesas e de denúncia violenta da Indonésia), com o senhor Frankovitch da Amnistia Internacional e em Melbourne com o senhor Pat Walsh do Australian Council for Overseas Aid.

2.8 Contactos com os órgãos de informação.

A visita da delegação parlamemtar à Austrália teve uma relativamente vasta cobertura dos órgãos de informação.

A delegação realizou em 27 de Agosto uma conferência de imprensa no edifício do Parlamento Federal que contou com a presença de dois canais de televisão, da rádio e de jornalistas dos principais jornais australianos e da imprensa estrangeira. As principais perguntas dirigidas diziam respeito à conversa tida nessa manhã com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, à nossa análise da posição australiana, à recusa de visto de entrada ao dirigente da Fretilin, José Ramos Horta, à próxima proposta portuguesa nas Nações Unidas, a informações sobre a situação em Timor e à possibilidade da delegação visitar Timor-Leste.

Uma desenvolvida reportagem sobre a conferência de imprensa foi transmitida pelo menos num dos principais noticiários da televisão, tendo a rádio noticiado igualmente a conferência de imprensa em vários dos seus noticiários. Vários jornais publicaram também notícias sobre a conferência de imprensa.

A delegação portuguesa deu também entrevistas a jornais em Sidney, em Melbourne ("The Age") e em Darwin("The NT News").

2.9 Conclusões gerais:

a) Na Austrália, o problema de Timor assume bastante importância na opinião pública a ponto de constituir um dos pontos de debate entre Governo e oposição.

b) A provável vitória da oposição trabalhista poderá modificar a posição australiana sobre o assunto já que o actual Governo não abdica da sua posição de reconhecer Timor-Leste como parte integrante do território da Indonésia.

c) A próxima conclusão do inquérito do Senado Australiano está a fazer à situação em Timor-Leste pode reavivar a questão na opinião pública, nomeadamente por acção dos numerosos grupos e personalidades que agitam o problema.

.../...

d) O Governo Australiano continua a colher os refugiados timorenses e a facultar-lhes assim como aos restantes emigrantes boas condições de vida.

e) Os timorenses, embora se queixem de abandono a que consideram ter sido votados por Portugal e da forma como as autoridades portuguesas abandonaram Timor em 1975, desejam que Portugal regresse para fazer a descolonização bem feita.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

3. NAÇÕES UNIDAS

3.1. A delegação parlamentar chegou conforme o previsto a Nova Iorque no dia 7 de Setembro. Uma informação errada proveniente de Lisboa indicava a data de chegada como sendo a de 6 de Setembro - feriado nacional nos E.U.A. - pelo que a delegação não tinha nenhum membro da missão diplomática portuguesa junto da ONU à sua espera no aeroporto de Newark, onde chegou proveniente de São Francisco, já que um funcionário da Embaixada aguardava a delegação no dia anterior.

Tal facto obrigara a cancelar o programa previsto para o dia 7 e a concentrar nos dias 9 e 10 os encontros e reuniões previstos para o dia 8, que já tinham sido igualmente anulados. Refira-se que estava previsto para o princípio da tarde do dia 7 uma audiência com o Secretário-Geral da ONU, Perez de Cuellar, que entretanto partiu para uma viagem à Europa.

Por outro lado, por motivos que a delegação desconhece, a Embaixada portuguesa em Washington não recebeu qualquer informação sobre a visita da delegação parlamentar, pelo que só quando esta estava em Nova Iorque encetou contactos para reuniões com o Departamento de Estado norte-americano e com senadores e congressistas ligados ao problema de Timor-Leste. Esse atraso permitiu que apenas tivesse sido obtida para terça-feira, 14, à tarde, uma reunião com um dos subsecretários do Departamento de Estado, o que, sendo essa data quatro dias depois da última reunião programada em Nova Iorque, levou a delegação parlamentar a cancelar a visita a Washington, deixando para outra altura a prossecussão dos contactos que julgar úteis com as autoridades norte-americanas.

3.2. Durante a sua estadia em Nova Iorque, a delegação parlamentar teve reuniões sucessivamente, no dia 9, com as missões diplomáticas da Venezuela, da Costa Rica, do Brasil e do Panamá, com os embaixadores dos cinco países escandinavos (Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia e Islândia), com o Presidente da Comissão de Descolonização, senhor Abdulah, e, no dia 10, com a missão do México, com os secretários-gerais adjuntos para a Descolonização e Sudoeste Asiático, senhores Djermakoye e Ahmed, com as missões da Holanda, Cuba, Japão e com os embaixadores dos países de expressão portuguesa (Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe), realizada na missão de Angola. A delegação parlamentar

avistou-se igualmente com o representante da Fretilin junto das Nações Unidas, José Ramos Horta, e com o dirigente do Comitê Central daquela organização, Roque Rodrigues.

O Doutor Antônio Monteiro, da missão diplomática portuguesa junto da ONU, esteve presente em todos estes contactos, enquanto que o embaixador Rui Medina assistiu às reuniões com as missões do Brasil e dos países africanos de expressão portuguesa e ainda às audiências com os dirigentes das Nações Unidas.

3.3. Audiência com os secretários-gerais adjuntos para a Descolonização e Sudoeste Asiático respectivamente senhores Yossuf Djewmakoye e Ahmed e com o secretário da Comissão de Descolonização (Comitê dos 24), senhor Tanaka, realizada na sede das Nações Unidas.

A reunião, que durou cerca de vinte e cinco minutos e que foi presidida pelo senhor Djewmakoye, permitiu tirar nomeadamente as seguintes conclusões sobre a posição dos dirigentes da ONU:

a) - Foi assegurado que o secretário-geral Perez de Cuellar considera a questão de Timor como uma das mais importantes pelo que a tem seguido, tencionando fazer um relatório sobre ela.

b) - Foi salientada a importância do aspecto humanitário na questão.

c) - Foi referida com preocupação a diminuição progressiva do apoio que de ano para ano tem tido a proposta de resolução sobre Timor-Leste.

d) - O senhor Djewmakoye colocou-se, na medida das suas possibilidades, à disposição para ajudar Portugal como país administrante de Timor-Leste para tanto necessitando de mais informações.

3.4. Audiência com o Presidente da Comissão de Descolonização (Comitê dos 24) senhor Abdulah e com o secretário da Comissão senhor Tanaka realizada na sede das Nações Unidas.

Conclusões mais importantes da reunião:

a) - O senhor Abdulah mostrou preocupação com o resultado das últimas votações sobre a questão de Timor-Leste e com o decréscimo do número de votos favoráveis.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

b) - Foi considerado que para esse facto, muito tem contribuido a intensa actividade diplomática da Indonésia.

c) - O Presidente da Comissão de Descolonização assinalou que Portugal continua a ser reconhecido como pais administrante e que muitos membros da Comissão entendem que a questão de Timor-Leste continua a ser um problema de descolonização.

d) - O senhor Abdulah sublinhou com preocupação o facto de, em Havana, na cimeira dos Não-Alinhados, não ter sido referida a questão de Timor-Leste.

e) - O mesmo dirigente também fez notar considerar necessário um papel mais activo do nosso país, concluindo ser esse "o único conselho que vos posso dar".

f) - No entanto, viria a referir serem muito importantes diligências junto dos paises africanos e latino-americanos.

3.5. Audiência com o Encarregado de Negócios da Venezuela, Embaixador Charendeton, realizada na missão diplomática deste pais.

a) - Considera a nossa visita importante já que existe muita informação proveniente da Indonésia, alguma da Fretilin e nenhuma de Portugal.

b) - Refere os vínculos com a Indonésia através da OPEP como factor importante no voto de abstenção que tenciona continuar a ter no seu país.

c) - Sublinha que apesar das pressões, a Venezuela poderia transformar o seu voto em positivo se tivesse mais informação.

d) - Refere que a Venezuela entende ter havido em Timor-Leste uma interrupção no processo de descolonização e haver naquele território problemas de direitos humanos.

e) - Pergunta quais as relações existentes entre a Fretilin e o Governo português.

.../...

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

3.6. Audiência com o embaixador da Costa Rica, na missão deste país.

a) - Refere a recente visita de uma missão da Indonésia à Costa Rica.

b) - Informa-nos que recebeu recentemente a visita do dirigente da Fretilin, Ramos Horta e que tem a informação de que haverá uma proposta no sentido de o caso ser enviado para o Tribunal Internacional de Justiça em Haia.

c) - Informa que o voto do seu país será decidido na primeira semana de Outubro, dando a entender ser provável que seja o de abstenção (a Costa Rica estivera ausente em 1981, apesar de ter votado a favor na 4ª. Comissão).

d) - Refere, no entanto, que será útil que Mário Soares dirigisse uma mensagem sobre o assunto ao Presidente da Costa Rica de quem é amigo pessoal.

3.7. Audiência com o embaixador do Brasil, Sérgio Correia da Costa, e com outros funcionários da embaixada, na missão do Brasil.

a) - Refere o intenso trabalho diplomático indonésio.

b) - Sublinha considerar crucial a votação deste ano.

c) - Considera a questão de Timor-Leste como "uma causa de todos os países de expressão portuguesa", anunciando manter o Brasil a mesma disposição de votar a favor.

d) - Refere com preocupação a erosão de ano para ano mais nítida da posição timorense e a inexistência de qualquer referência a Timor-Leste na Cimeira dos Não-Alinhados.

e) - Considera muito importante a acção a desenvolver por Angola, Moçambique e outros países de expressão portuguesa.

3.8. Audiência na missão do Panamá, com o embaixador Leonardo Kam.

a) - Refere a grande campanha diplomática da Indonésia na América Latina e no Panamá, que recebeu uma missão acompanhada do embaixador no México.

.../...

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

b) - Recorda a posição tradicional de abstenção do Panamá, mas informa que há dados novos: conversa de Mário Soares com o Presidente Aristides Koyo, visita não oficial da Fretilin, mais informação sobre o caso.

c) - Lamenta no entanto que a evolução política e a demissão do Presidente Koyo talvez impeçam o voto favorável.

d) - Aconselha a que se contacte o parlamento panamiano, cuja Comissão das Relações Internacionais é muito influente.

e) - Garante que o Panamá não votará contra a resolução.

f) - Sublinha que o Brasil poderia ter grande influência na América Latina.

3.9. Audiência com representantes das missões da Suécia, Noruega, Dinamarca, Finlândia e Islândia, no Indonesian Louage - sede das Nações Unidas.

a) - Referem que o apoio às propostas de resolução tem diminuido, pelo que perguntam se a mesma moção vai ser mantida.

b) - Sublinham a grande diferença entre a intensa actividade diplomática indonésia e a ausência de informação por parte de Portugal.

c) - Aconselham a necessidade de contactos a nível governamental, referindo que os houve por parte da Indonésia "com qualidade e quantidade".

d) - Perguntam se Portugal apoiará a formação de uma Comissão de Inquérito.

e) - O diplomata da Islândia informa haver grande pressão para que a Islândia (que ao contrário dos restantes paises escandinavos sempre votara a favor) mude agora de posição e refere ser necessário da parte portuguesa um rápido contra-ataque.

3.10. Audiência na missão do México, com o embaixador Gonzalez Cesar.

a) - Refere haver uma ofensiva diplomática indonésia.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

b) - Declara não prever que o México mude de posição (voto favorável em 81).

c) - Pergunta qual a nossa opinião sobre a descida do número de votos favoráveis.

3.11. Audiência na missão da Holanda, com um Conselheiro.

a) - Refere que reconhece haver problemas de fome, direitos humanos e autodeterminação no caso de Timor-Leste.

b) - Faz notar que como intermediária entre Portugal e Indonésia, a posição holandesa é delicada e neutral.

c) - Diz ter informações de que a Fretilin já só é activa em pequena parte do território.

d) - Diz ter informações de que há fome que se pode agravar se continuar a chover pouco, e epidemias de malária.

e) - Relata ter havido um encontro entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros holandês e indonésio, tendo o primeiro reclamado a autodeterminação do povo de Timor-Leste e o segundo manifestado a intenção da Indonésia em dialogar com Portugal.

f) - Informa saber a proposta da Fretilin no sentido do recurso ao Tribunal Internacional de Justiça em Haia, o que a Holanda considera uma muito boa ideia, que inclusive está a ser discutida entre os paises da CEE, mas não quer adiantar qual irá ser a posição holandesa.

g) - Manifesta a convicção de que a Indonésia nunca aceitará a autodeterminação.

h) - Informa que timorenses continuam com muitas dificuldades em obter vistos de saída das autoridades indonésias: desde Abril apenas 60 o conseguiram estando 20 pendentes e tendo 120 pessoas saído do pais clandestinamente.

i) - Sugere que seja feita uma diligência junto da embaixada holandesa em Lisboa.

.../...

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

3.12. Audiência na missão de Cuba, com o embaixador Caballero.

a) - Reafirma a posição favorável de Cuba, embora referindo as dificuldades provenientes da posição de Cuba como líder actual dos não-alinhados, obrigando a uma posição de equilíbrio e de busca de consenso. Explica que o facto de no comunicado final da Cimeira de Havana não ter havido nenhuma referência à questão de Timor-Leste se ficou a dever ao facto de não ter havido consenso sobre a inclusão do tema, lembrando que isso se ficou a dever a uma forte oposição de mais de vinte países comandados pela Indonésia.

c) - Recorda, por outro lado, que já na cimeira de Nova Delhi não houvera nenhuma referência ao texto final o que constituiu um precedente invocado agora em Havana, sendo certo que raramente neste tipo de reuniões o que se não inclui no texto final é discutido na seguinte. Sublinha que houve apenas uma discussão prossessual não tendo chegado a haver um debate de fundo.

d) - Lembra que Cuba vai ocupar este ano a Presidência da 4ª. Comissão com o apoio dos países latino-americanos e africanos.

3.13. Audiência na missão do Japão , com dois diplomatas daquele país.

a) - Recorda a posição favorável à posição indonésia que o Japão vem tendo, referindo a necessidade de estabilidade naquela zona do Globo.

b) - Lembra com tristeza que Portugal abandonou Timor e que forças políticas timorenses apelaram para a intervenção da Indonésia.

c) - Sublinha que, desde então, Timor-Leste está a ser governado.

d) - Refere que é importante a visita da delegação portuguesa e que não deixará de a comunicar ao Governo.

e) - Interroga sobre a questão da reunificação das famílias.

f) - Informa que o assunto de Timor-Leste será dos primeiros a ser discutido na 4ª. Comissão.

.../...

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

3.14. Audiência na missão de Angola, com os embaixadores de Angola (Figueiredo), Moçambique (Amaro da Luz), Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

a) - Congratulam-se com a criação da Comissão Parlamentar portuguesa.

b) - Acham útil concertar esforços com Portugal, mas referem que agem enquanto mandatários da Fretilin, organização que está no terreno.

c) - Sublinham, no entanto, que o facto de haver grande identidade de pontos de vista com as iniciativas portuguesas facilita uma concertação.

d) - Consideram a situação preocupante dada a quebra de apoio que as resoluções vêm tendo na Assembleia Geral.

e) - Admitem haver várias opções, uma das quais manter a mesma resolução dos anos anteriores e outra recorrer ao Tribunal Internacional de Haia, conforme proposta da Fretilin. Referem que acreditam que a Fretilin estudou certamente bem esta possibilidade pelo que pergunta qual é a posição de Portugal. Portugal pode propôr a resolução enviando a questão para Haia?

f) - Esperam que no seu próximo discurso na ONU, o Primeiro-Ministro Doutor Pinto Balsemão refira com ênfase a questão de Timor.

3.15. Encontros com dirigentes da Fretilin.

No decorrer da sua estadia em Nova Iorque, a delegação parlamentar portuguesa avistou-se diversas vezes com os dirigentes da Fretilin José Ramos Horta, seu representante junto da ONU e Roque Rodrigues.

a) - Num desses encontros foi entregue uma proposta de resolução segundo a qual a Assembleia Geral da Onu "deliberaria submeter, de acordo com o artigo 96º da Carta, a seguinte questão ao Tribunal Internacional de Justiça com o pedido para que fosse emitido um parecer que seria transmitido à Assembleia Geral para apreciação na 38ª. sessão: exerceu o povo de Timor-Leste o seu direito à autodeterminação e independência de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas e da Declaração de ob-

tenção de independência dos Povos e Nações Coloniais incluídas na resolução da Assembleia Geral 1514 de 14 de Dezembro de 1960 e na resolução 1541 (XV) de 15 de Dezembro de 1960? (Ver anexo nº 1).

A Fretilin desejaria que Portugal fosse co-preponente desta resolução, não tendo no entanto os dirigentes da Fretilin aparentemente considerado os argumentos segundo os quais não poderia caber ao país administrante formular a questão para o Tribunal Internacional, manifestando assim dúvidas sobre parte do território que considera seu.

De qualquer modo, a Fretilin entende ser esta a melhor forma de evitar uma eventual derrota de uma resolução como as dos anos anteriores.

b) - Os dirigentes da Fretilin manifestaram por mais de uma vez o apreço com que viam a criação e actividade da comissão parlamentar portuguesa e referiram que haveria uma reunião dos países africanos de expressão portuguesa em Cabo Verde, a 21 de Setembro, para debate, entre outros, do problema de Timor, onde esse apreço será certamente referido.

c) - Os dirigentes da Fretilin consideraram que a criação em 1978 desta comissão parlamentar teria modificado substancialmente a relação de forças na ONU.

d) - Os dirigentes da Fretilin declararam aceitar uma resolução para Timor-Leste, semelhante à da Rodésia.

3.16. Contactos com os órgãos da comunicação social.

Na sua estadia em Nova Iorque a delegação foi entrevistada pelos correspondentes da RDP e da Voz da América e prestou igualmente declarações ao correspondente de uma cadeia de 45 estações de rádio do Brasil.

4. Propostas de Acção.

Depois de realizada a visita atrás descrita à Austrália e às Nações Unidas, analizados os seus diferentes aspectos e equacionados os problemas que se deparam, a delegação parlamentar entende dever for

.../...

mular aos órgãos de soberania competentes as seguintes propostas:

4.1. A proximidade de mais um debate no seio das Nações Unidas sobre o problema de Timor-Leste obriga a ponderar as acções a empreender nesse sentido. O facto de esse debate se realizar dentro de aproximadamente um mês e a circunstância, lembrada a esta delegação em várias ocasiões, de diminuir de ano para ano a diferença entre votos a favor e contra obriga a que se considere:

a) - A necessidade de uma urgente ofensiva diplomática, quer a nível governamental quer a nível das Nações Unidas. Essa acção diplomática poderia mesmo lembrar a alguns nossos aliados a facilidade com que Portugal dá o seu voto favorável em votações que lhes interessam sem que a inversa seja verdadeira. Em várias ocasiões, foi a esta delegação parlamentar dito que Portugal tem sido demasiado comedido nas condições que coloca a outros países para votar as suas moções, sem que a questão de Timor-Leste tenha sido posta num dos pratos da balança. Recomenda-se, entretanto, que essa acção vise sobretudo os países africanos e da América latina, já que a Indonésia parece ter conseguido a quase totalidade dos votos asiáticos. Diligências junto dos nossos parceiros da NATO e dos Países da CEE teriam também a sua utilidade. Uma diligência para que o Brasil tenha um papel activo junto dos países latino-americanos é igualmente muito útil. Recorde-se, por outro lado, o que atrás ficou dito sobre a urgência de uma diligência junto da Islândia.

b) - A necessidade de ponderar o conteúdo da próxima proposta de resolução a apresentar nos debates da Comissão de Descolonização e da Assembleia Geral da ONU. Com efeito, dos contactos tidos ficou esta delegação parlamentar com a convicção de que a menos que seja imediatamente realizada uma intensa e frutuosa acção diplomática, corre-se o risco de ver derrotada a proposta, com os inevitáveis e graves custos que isso acarretaria, nomeadamente o "esquecimento" da questão de Timor-Leste nas Nações Unidas (acerca últimos resultados das propostas sobre Timor-Leste ver anexo 2).

Há diversas possibilidades a ponderar:

.../...

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

1. Manutenção de uma proposta do tipo da apresentada no ano passado (anexo 3), com as vantagens de permitir que durante um ano se conjugasse uma intensa e programada acção diplomática, ao contrário do que lamentavelmente sempre se fez, com um estudo sobre o leque de hipóteses de acção internacional sobre a questão de Timor-Leste, e com os inconvenientes de se poder perder, hipótese muito possível ou fazer baixar ainda mais a votação favorável com o consequente desgaste.

2. Opção pela proposta da Fretilin, ou seja , submissão do problema ao Tribunal Internacional de Justiça em Haia, nas condições apresentadas por esta organização (ver anexo 1). Teria a vantagem de poder vir a ser largamente aprovada e merecer idêntico merecimento em Haia, além de furtar o problema a uma assembleia geral cada vez menos favorável, mas há os riscos de levar o problema a uma instância cujas resoluções ambíguas e concedidas ao fim de vários anos são frequentes.

   A Fretilin, todavia, afirma-se convicta de que Haia decidirá rápida e favoravelmente.

3. Opção por uma proposta para que o secretário-geral da ONU envie um seu representante em missão de inquérito a Timor-Leste, com vantagens idênticas à "solução-Haia", mas com o risco de a entidade escolhida não vir a ter a firmeza necessária para "fugir" das "fronteiras da visita" impostas pela Indonésia.

4. Opção por uma proposta que recolha e inclua de forma hábil as três ideias apresentadas nos pontos 1, 2, 3, o que teria a vantagem de poder vir a propiciar o volte-face necessário para que a questão não morra, além de ser menos arriscada, já que diversifica as iniciativas. Há porém o risco de escudados na aprovação da "solução-Haia" e da "solução-missão do secretário-geral", muitos países encontrem o pretexto para não votarem o texto de resolução condenatória exposta em ponto 1 e semelhante às dos anos anteriores.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

É todavia a opção perfilhada pela delegação parlamentar.

4.2. Considera-se, entretanto, aconselhável que nos próximos debates na ONU a delegação portuguesa inclua pelo menos um deputado da Assembleia da República, membro desta comissão.

4.3. Propõem-se igualmente que os diversos órgãos de soberania portugueses contactem idênticos órgãos de soberania de outros países numa acção de esclarecimento sobre a questão de Timor-Leste. Esta delegação parlamentar tenciona, a propósito, propôr que a Assembleia da República envie uma mensagem sobre Timor-Leste aos parlamentares dos outros países.

4.4. Considera-se imprescindível que seja rapidamente elaborado um detalhado "dossier" com as posições portuguesas sobre a matéria para complementar a acção diplomática que se impõe fazer.

4.5. Considera-se a médio prazo necessário - caso isso não se possa fazer já - empreender uma viagem de esclarecimento nomeadamente a países africanos e da América Latina com vista a responder à agressividade diplomática indonésia.

4.6. Propõe-se que, para coordenar acções e responder cabalmente às diversas solicitações existentes, cumprindo adequadamente o preceituado na Constituição e o que os imperativos patrióticos exigem, seja constituído um grupo de trabalho incluindo representantes do Presidente da República, do Governo e da Assembleia da República.

Palácio de S. Bento, 16 de Setembro de 1982.

(Manuel Tilman) Manuel Tilman

(José Mário Lemos Damião) José Mário Lemos Damião

(Alberto Arons Braga de Carvalho) Alberto Arons Braga de Carvalho